

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE MOSSORÓ/RN

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, através do Promotor de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988, art. 25, inciso IV, letra 'a', da Lei n.º 8.625/93, art. 201, inciso V, e art. 208, da Lei n.º 8.069/90 e art. 55, inciso III, alínea 'b', da Lei Complementar Estadual n.º 141/96, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com espeque no incluso Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 06.2012.001120-2 da 10ª PJM, propor a presente

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA CUMPRIMENTO DE
OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE LIMINAR**
(art.461, do CPC, c/c art. 213, da Lei nº 8.069/90)

por oferta irregular de serviços relevantes à proteção dos direitos da criança e do adolescente, em face do

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Centro Administrativo do Estado, localizada na BR 101, quilômetro zero, Lagoa Nova, CEP 59000-900, Natal/RN, que por força do art. 12, do CPC, deverá ser citada através da Procuradoria Geral do Estado, e da **FUNDAÇÃO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FUNDAC**, vinculada ao Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Ação Social, localizada no Centro Administrativo do Estado, BR 101,km 0, bloco SETAS, Lagoa Nova, Natal/RN, tendo como diretor presidente o Sr. GETÚLIO BATISTA DA SILVA NETO,

com supedâneo nas razões fáticas e jurídicas a seguir expostas:

I - DOS FATOS.

01. A 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mossoró instaurou em 23 de maio de 2012 o inquérito civil público nº 06.2012.001120-2 com o objetivo de investigar afronta a direitos fundamentais em decorrência da falta do serviço de pronto atendimento de adolescentes apreendidos em flagrante pelo cometimento de ato infracional na comarca de Mossoró.

02. A denúncia partiu tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil, alertando para a falta de estrutura adequada para receber os adolescentes durante a lavratura dos procedimentos policiais, o que deveria ser feito em ambientes distintos daqueles nos quais se recebe o adulto, bem como advertindo para a inexistência de instalações aptas a acomodar os apreendidos após a conclusão dos autos, resultando em situações vexatórias e constrangedoras (art. 18 do ECA)¹.

03. Em linhas gerais, a denúncia dava conta de que a apreensão em flagrante de adolescentes pelo cometimento de ato infracional ocorria mediante condições que desrespeitavam o princípio da proteção integral e aviltavam as garantias constitucionais básicas conferidas aos inimputáveis, em especial pela ausência de especialização no atendimento (arts. 227 e 228 da CF) e pela impossibilidade de separar adultos e adolescentes.

04. Todas as irregularidades relatadas pelas autoridades policiais foram, posteriormente, constatadas ao longo da instrução do inquérito civil, sendo de rigor a adoção de medidas judiciais urgentes para fazer cessar a afronta à ordem jurídica.

05. Com efeito, a Delegacia de Atendimento ao Adolescente em conflito com lei – DEA não tem estrutura física adequada, profissionais capacitados para atuar no sistema socoeducativo nem equipe multidisciplinar (composta de assistente social, pedagogo e psicólogo) capaz de promover o atendimento inicial dos adolescentes apreendidos em flagrante, o que faz dessa unidade especializada uma unidade comum e com serviços exatamente iguais aos oferecidos pelas demais delegacias que trabalham com adultos. Ou seja, não há diferenciação alguma na atenção, o que inviabiliza a integração da polícia judiciária com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos – conferir o ofício 148/2012 – 2ª DRP/Mossoró, de fl. 10, o termo de audiência de fls. 14/15 e, principalmente, o relatório de vistoria nas unidades da polícia civil de Mossoró, disposto ao final do inquérito civil.

06. Nesse sentido, vale fazer referência ao depoimento prestado a esse Órgão Ministerial no dia 14 de maio de 2012 pelo subtenente da Polícia Militar, Sr. Gelson da Silva Costa (fl. 5), o qual relatou ter apreendido adolescente por fato análogo ao crime descrito no art. 157 do Código Penal

Brasileiro, porém ao apresentá-lo à autoridade policial encontrou a DEA fechada para almoço. Em consequência, o jovem permaneceu duas horas no interior da viatura esperando a reabertura dos trabalhos da referida unidade, obrigando os militares a fazerem o acompanhamento devido, com prejuízo de suas atividades e da cobertura dos pontos de patrulha rotineira.

07. Contudo, a situação é ainda mais dramática durante a noite, nos feriados e finais de semana, quando a DEA se encontra fechada e os adolescentes são atendidos pelas unidades plantonistas nos mesmos ambientes em que são recebidos os adultos, inexistindo separação física ou local próprio para a lavratura do flagrante. **Assim, se na DEA não há a especialização que lhe era devido oferecer nas demais unidades da polícia civil não há nem a especialização nem a separação no atendimento.** Os maiores de idade compartilham as mesmas salas e ficam em contato com os inimputáveis apreendidos, contrariando, frontalmente, os dispositivos estatutários reguladores do flagrante.

08. Para agravar o problema, após a conclusão dos trabalhos, o adolescente aguarda a apresentação ao representante do Ministério Público em alojamento inadequado, o qual, em razão das deficiências estruturais das delegacias, não constitui uma dependência separada, como exige o art. 175, parágrafo 2º da Lei nº 8.069/90, ou mesmo a seção isolada prevista no art. 185, parágrafo 2º, da mesma lei. Na verdade, os locais são improvisados, situados na proximidade dos compartimentos ocupados por adultos presos e com ampla possibilidade de comunicação entre todas as pessoas custodiadas.

09. Recentemente, o problema se agravou de tal modo que houve solicitação expressa por parte da polícia civil para que o Órgão Ministerial tomasse uma atitude, porquanto ficou impossível alojar os adolescentes apreendidos, especialmente no período noturno. Afinal, havia um dilema: onde colocar o adolescente apreendido em flagrante?

10. O fato é que a apreensão realizada durante a noite, decorrente de flagrante ou do cumprimento de mandado de busca e apreensão, chegou a um verdadeiro impasse, eis que a autoridade policial deixou de contar com quaisquer acomodações, adequadas ou não, para abrigar o adolescente e permitir apresentá-lo no dia seguinte ao representante do Ministério Público. A informação quanto à inexistência de alojamento consta do ofício nº 148/2012 – 2ª DRP Mossoró, referindo-se às delegacias subordinadas à regional, quais sejam as unidades de Mossoró, Areia Branca, Baraúna, Assu, Governador Dix Sept Rosado e Upanema. A situação atingiu, portanto, um ponto extremo e outra alternativa não houve senão recomendar a liberação dos apreendidos, mediante encaminhamento aos pais, independente da gravidade do ato cometido. Tanto é assim que em 05 de setembro de 2012 esse Órgão Ministerial expediu recomendação, de fls. 16/22, dirigida às autoridades policiais da comarca com o seguinte teor:

a) proceda à liberação do adolescente apreendido em flagrante de ato infracional durante o plantão noturno, ainda que na hipótese em questão a lei permita mantê-lo privado de liberdade até a

apresentação ao promotor de justiça, sempre que a manutenção das forças do flagrante resulte na violação de direitos fundamentais, especialmente pela ausência de local apropriado na Delegacia para receber adolescentes, evitando com isso manter o apreendido em condições desumanas e em alojamentos impróprios e/ou ocupados por adultos;

a.1) providencie a tomada do termo de compromisso e responsabilidade para que na manhã seguinte o adolescente e seus genitores ou responsáveis se apresentem ao representante do Ministério Público, tendo em vista a necessidade de se promover a oitiva informal;

a.2) fundamente a liberação do adolescente na falta de estrutura física, de modo a ficar clara a intenção originária do Delegado de Polícia em manter a privação de liberdade até a apresentação ao promotor de justiça;

a.3) avalie os casos nos quais, em razão da proximidade da hora de abertura do expediente, haja possibilidade de manter o adolescente na Delegacia durante a lavratura do flagrante e apresentá-lo em seguida ao representante do Ministério Público;

b) remeta os autos do flagrante ao representante do Ministério Público na manhã seguinte para que seja realizada a oitiva informal;

c) providencie, na hipótese de plantão de final de semana e feriado, a remessa dos autos do flagrante ao promotor de justiça de plantão;

d) certifique ter o adolescente se apresentado na manhã seguinte, fiscalizando o cumprimento do termo de compromisso e responsabilidade e providenciado, se necessárias, as diligências para conduzir o adolescente à presença do promotor de justiça;

11. É claro que as falhas apresentadas acima seriam facilmente sanadas com a implantação do serviço de pronto atendimento em Mossoró, o qual deveria funcionar nas instalações do Ciad, como determina o art. 8º da Portaria nº 204-09 GP², que estabelece o Regimento Interno da Fundac e determina que a execução do pronto atendimento seja feita através do Ciad, evitando a permanência de adolescentes nas delegacias por tempo superior ao necessário à conclusão do flagrante e mitigando a falta de uma atenção efetivamente especializada na DEA.

12. No momento, contudo, o atendimento do adolescente acusado da prática de ato infracional, seja no plantão noturno e de feriados ou no horário de funcionamento da delegacia especializada, desrespeita preceitos jurídicos essenciais, porquanto tem como base um ambiente vulnerável e suscetível à ofensa à integridade física, psíquica e moral do adolescente,

comprometendo a preservação de sua dignidade humana e dos direitos e garantias constitucionais a ela relacionados. As conclusões finais do relatório de vistoria da equipe técnica do Ministério Público constataam a inexistência de local apropriado nas delegacias, a impossibilidade de separação física entre adultos e adolescentes, a falta de profissionais habilitados e de treinamento, além da incapacidade de articulação com as famílias e os órgãos do sistema de garantia de direitos.

13. Vale observar, por fim, que o problema foi relatado à Fundação Estadual da Criança e do Adolescente – Fundac solicitando a adoção das providências necessárias. No entanto, conforme o expediente de fl. 31, o governo estadual não acatou as solicitações, forçando o Ministério Público a levar a questão ao Judiciário, através da competente ação civil pública.

II – DAS QUESTÕES PROCESSUAIS.

A – Da legitimidade do Ministério Público.

14. Incontestável a legitimidade ativa do Ministério Público para a tutela dos interesses infanto-juvenis, tendo em vista expressa disposição do Estatuto da Criança e do Adolescente contida nos arts. 201, V, VIII e § 2º e 210. Segundo os dispositivos citados, cabe ao promotor de justiça a defesa coletiva na hipótese de direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, sendo legitimado para a respectiva ação e para as medidas judiciais que garantam o efetivo respeito aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

15. A legitimidade do *Parquet* remonta ao início da vigência da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, conhecida como "Lei da Ação Civil Pública", assegurando a eficácia dos direitos infanto-juvenis, dentre eles o de ser prestado pelo poder público um adequado atendimento socioeducativo aos adolescentes autores de ato infracional.

B – Do foro competente.

16. Não suscita dúvida a competência absoluta da Vara da Infância e Juventude de Mossoró para processar e julgar a presente ação. O art. 148, inciso IV, do ECA estabelece ser a Justiça da Infância e da Juventude competente para "conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto no art. 209".

17. Apenas a competência da Justiça Federal e dos Tribunais Superiores prefere à da Vara da Infância e da Juventude. Contudo, não há registro quanto à competência da Vara da Fazenda Pública, que não goza da mesma qualidade daquela atribuída por Lei Federal à da Infância e Juventude.

18. Sobre o assunto vale citar o entendimento do ilustre Promotor de

Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, JOSÉ LUIZ MÔNACO DA SILVA, que com maestria, enfrentou a questão em foco:

*"Tratando-se de ato comissivo que importe em violação dos direitos assegurados pela Constituição Federal e pelo Estatuto, a ação será proposta no **foro do local onde o dano ocorreu**. Se determinada cidade deixar de oferecer ensino obrigatório aos seus municípios mirins, **a demanda será proposta na comarca a que pertencer tal município, cujo Juízo da Infância e da Juventude terá competência absoluta para processar a causa**"³. (grifos acrescentados).*

19. Convém registrar que a Vara da Infância e Juventude dispõe de competência absoluta em razão da matéria, o que se sobrepõe à competência em razão da qualidade da parte. Importa ressaltar, ainda, que as exceções previstas no próprio Estatuto, ou seja, a ressalva quanto à Justiça Federal e quanto à competência originária dos Tribunais, obviamente, não se aplicam ao caso concreto.

20. Sobre o assunto vale transcrever os seguintes arestos jurisprudenciais:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO CIVIL PÚBLICA REALIZAÇÃO DE OBRAS EM UNIDADE DO CRIAM DE NOVA FRIBURGO E FORNECIMENTO DE BENS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE - LIMINAR. Decisão que, em Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público em face do Estado do Rio de Janeiro, deferiu liminarmente o pedido, para compelir o réu a promover, "no prazo de nove meses a contar de sua intimação, a reforma na unidade do CRIAM de Nova Friburgo, sem prejuízo do atendimento realizado na unidade, bem como que forneça os bens necessários ao bom funcionamento daquela unidade, sob pena de multa diária no valor de mil reais por cada adolescente atendido pela instituição". A teor do disposto no artigo 148, inciso IV, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), compete à Justiça da Infância e da Juventude conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos, afetos à criança e ao adolescente; e o artigo 209 do mesmo diploma legal acrescenta que tais ações serão propostas no foro do local onde ocorreu ou deva ocorrer a ação ou omissão, cujo juízo tem competência absoluta para processar a causa, ressalvadas a competência da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores.(...) (TJRJ – Agravo de Instrumento n.º 2005.002.23358- 18ª Câmara Cível – Des. Relatora Cássia Medeiros – data de julgamento: 07/03/06)"

"Ação Civil Pública – Matéria relacionada à Criança e à Adolescente – Questionamento da competência para seu processamento e julgamento – Agravo de Instrumento interposto pelo demandante contra decisão que acolheu preliminar de incompetência absoluta do juízo da infância e Juventude, remetendo os autos a uma das Varas da Fazenda Pública – Hipótese expressamente prevista no

Estatuto da Criança e do Adolescente – Artigo 148 – Inaplicabilidade do artigo 35 do Código Judiciário Estadual, que somente tem incidência nos casos de omissão da Legislação Federal – Recurso provido” (TJSP – Agravo Instrumento nº 36.139-02 - Comarca de São Paulo – Rel. Des. Carlos Ortiz, j. 03/04/97). Apud Infância e Juventude – Interpretação Jurisprudencial, Ministério Público de São Paulo, ano 2002).

“Conflito Competência – Ação Civil Pública movida contra a Fazenda do Estado, fundada no ECA – Competência da Vara da Infância e Juventude – Competência do Juízo Suscitado” (TJSP – Conflito de Competência nº 33.513-0/8 – Rel. Des. Luis de Macedo – j. 12/12/96).

III – DO DIREITO MATERIAL.

A – Constitucional – Direito da Criança e do Adolescente – Flagrante de ato infracional – Submissão da matéria ao comando do art. 228 da Constituição Federal, não podendo ser lavrado o flagrante em desconformidade com o princípio da responsabilização diferenciada e em desrespeito às especificidades legais previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

21. A apuração do ato infracional deve se pautar pelos princípios da proteção integral, da legalidade e da responsabilização diferenciada, de modo que o adolescente responda por seus atos sem prejuízo das garantias inerentes à sua dignidade humana.

22. A conjugação desses três princípios garante ao adolescente acusado da prática de atos infracionais a atenção integrada em seus direitos individuais e sociais (art. 1º do ECA), o devido processo legal (art. 111 do ECA) e a responsabilização especial e diferenciada em razão da idade (art. 228 da CF), com a consequente especialização dos órgãos judiciais, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da polícia judiciária. Em outros termos, como decorrência dos referidos princípios, é possível dizer que:

a) o procedimento de apuração do ato infracional possui rito diferenciado, com atos, formalidades e regras próprias;

b) a prestação jurisdicional deve ser igualmente qualificada e diferenciada, com atendimento capaz de considerar as vulnerabilidades da adolescência, sendo imprescindível a existência de órgãos especializados ou devidamente capacitados para tal.

23. A especialização da responsabilidade juvenil e por conseguinte dos órgãos jurisdicionais resulta diretamente do art. 228 da Constituição Federal, que remete o adolescente a uma legislação especial. Nesse sentido, o

Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594/2012⁴ especificam princípios e regras peculiares ao processo infracional e estabelecem critérios para a organização e execução da atividade jurisdicional e dos serviços públicos de proteção de direitos e de socioeducação. Ou seja, a efetividade de uma responsabilidade especial depende, por óbvio, da implantação de políticas públicas correlatas e capazes de conferir concretude a essa especialização, instituindo um conjunto de princípios, regras, órgãos e serviços aptos a articular, promover e garantir a realização prática da Justiça Juvenil.

24. É com essa linha de pensamento que são fundamentadas as sempre percucientes lições de José Murillo DIGIÁCOMO:

*"A erradicação, em definitivo, das práticas 'menoristas' que ainda permeiam a matéria, somente ocorrerá com o **fortalecimento dos institutos de Direito da Criança e do Adolescente**, que precisa alcançar status de um **ramo independente do Direito**, que possui **regras** e, acima de tudo, **princípios próprios**, que como dito e repetido são de natureza **EXTRAPENAL**, demandando **uma nova forma de ver, compreender e, acima de tudo, atender o adolescente em conflito com a lei**, que tanto quanto os demais (e talvez exigindo uma atenção e um cuidado ainda maiores), **tem DIREITO à PROTEÇÃO INTEGRAL por parte do Estado (inclusive do Estado-Juiz), ao qual corresponde o irrecusável DEVER (expresso tanto pelo art. 4º, caput, estatutário, quanto pelo art. 227, caput, da Constituição Federal) de proporcioná-la.***

*Com efeito, embora isto não signifique uma falta de cautela quanto à aplicação das normas de cunho garantista presentes tanto na própria Lei n 8.069/90 quanto na Constituição Federal, normativa internacional e mesmo no Código de Processo Penal (cf. art. 152, da Lei nº 8.069/90), o adolescente acusado da prática de ato infracional deve receber um **tratamento DIFERENCIADO** daquele destinado a imputáveis, até porque, como visto, o **procedimento especial** destinado à apuração de ato infracional praticado por adolescente é orientado por **regras e princípios próprios do Direito da Criança e do Adolescente e pela Doutrina da Proteção Integral**, visando, acima de tudo, a **proteção integral** do adolescente, não se confundindo assim com o processo penal destinado a apurar crimes praticados por adultos, que se destina pura e simplesmente à **punição** destes, na forma da Lei Penal." Garantias processuais do adolescente autor de ato infracional: o procedimento para apuração de ato infracional à luz do direito da criança e do adolescente.⁴⁵*

25. A especialização da Justiça Juvenil, no caso do flagrante de ato infracional, envolve três aspectos essenciais.

26. O primeiro diz respeito à diretriz da política de atendimento, a qual nos termos do art. 88, inciso V, do ECA, deve priorizar a integração operacional e a unificação dos serviços num só local, reunindo os órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social. Isso significa que o planejamento pelo poder público das atividades do sistema socioeducativo deve levar em conta a união de diferentes competências num só local para que a lavratura e deliberação em torno do flagrante de ato infracional ocorram da forma mais célere possível.

27. O segundo ponto refere-se às garantias legais. Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece uma série de especificações que o distingue do flagrante previsto no Código de Processo Penal. Com efeito, é dever das autoridades competentes: a) examinar desde logo a possibilidade de liberação imediata (art. 107, parágrafo único, e art. 174 do ECA); b) garantir a presença dos pais ou responsável em qualquer fase do procedimento (art. 111, inciso VI, e art. 174 do ECA); c) assegurar a proteção da imagem (arts. 17, 143 e 247 do ECA); d) observar a prevalência da atribuição da delegacia especializada no caso de ato infracional praticado em co-autoria com maior de idade (art. 172, parágrafo único, do ECA); e) promover a apresentação imediata do adolescente ao representante do Ministério Público (art. 175 do ECA); f) encaminhar o adolescente a entidades de atendimento na hipótese na qual a apresentação ao promotor de justiça não seja possível fazer de imediato, considerando que toda privação de liberdade deve se dar em local exclusivo para adolescente (arts. 123 e 175, parágrafo primeiro, do ECA); g) garantir dependência separada da destinada a maiores sempre quando o adolescente precise aguardar a apresentação ao promotor de justiça na delegacia de polícia em razão da inexistência de entidade de atendimento (art. 175, parágrafo segundo, do ECA); h) evitar a condução e o transporte de adolescentes em compartimento fechado do veículo (art. 178 do ECA); i) realizar o promotor de justiça, de forma imediata, a oitiva informal do adolescente (art. 179 do ECA); j) garantir aos adolescentes que aguardam na delegacia de polícia a transferência para entidade de atendimento uma dependência que seja seção isolada dos adultos e que tenha instalações apropriadas (art. 185, parágrafo segundo, do ECA).

28. Por fim, o último aspecto aponta a necessidade do flagrante se conformar ao art. 1º do ECA. Ou seja, assim como qualquer outra atividade pública que envolva crianças e adolescentes, deve o delegado garantir a proteção integral ao apreendido, de modo a observar não apenas as garantias constitucionais do flagrante e aquelas especificadas no Código de Processo Penal e na Lei nº 8.069/90, mas também quaisquer direitos violados ou em ameaça de violação, não importando qual a natureza desse direito. Para ser mais específico, por ser dever da família, da sociedade e do Estado garantir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, a autoridade policial, na qualidade de agente estatal, tem a obrigação de notificar a rede de proteção ao perceber qualquer vulnerabilidade nos direitos à dignidade humana, ao respeito, à saúde, educação e à convivência familiar⁶.

29. Em síntese, o atendimento prestado no flagrante de ato

infracional deve, obrigatoriamente, adequar-se às seguintes exigências: a) unificação do local de atendimento; b) especialização dos órgãos da polícia judiciária; c) separação de adolescentes e adultos na repartição policial, inclusive com a impossibilidade de comunicação; d) prioridade da execução da privação de liberdade em entidades do sistema socioeducativo, incluindo aí a internação precária do flagrante de ato infracional. Tais critérios, como se verá logo mais, estão ligados diretamente ao serviço de pronto atendimento, o qual é pensado exatamente para efetivar as determinações normativas de especialização, separação e da exclusividade de locais para adolescentes internos.

30. Vale observar que o flagrante é um dos principais mecanismos de entrada do jovem no regime especial de responsabilização criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Contudo, não existe no âmbito da região do alto oeste potiguar um serviço de atenção que auxilie esse contato inicial, acompanhando as atividades policiais, acolhendo o adolescente, orientando a família e encaminhando ao Ministério Público. O resultado é que o adolescente se vê sozinho, recluso em unidades de adultos e sem contato com familiares e com profissionais da rede de proteção, porquanto na ausência do serviço não resta outra opção à autoridade policial a não ser recolher o jovem em celas das delegacias, assistindo a todo o fluxo de trabalho dessas unidades e convivendo, ainda que em locais apartados, com criminosos adultos. Ademais, os policiais plantonistas não têm competências especiais e precisam lidar com toda a demanda do plantão, deixando de oferecer uma atenção mais célere ao adolescente e de realizar os contatos necessários para o seu encaminhamento.

B – Constitucional – Direitos fundamentais – Processo Infracional – Execução de medida socioeducativa – Ausência do serviço de pronto atendimento – Violação do princípio da especialização e ofensa ao rito diferenciado do auto de flagrante de ato infracional em razão da inexistência de suporte e acompanhamento das entidades do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) ao trabalho da polícia judiciária.

31. O pronto atendimento consiste no serviço de custódia de adolescentes em situação de flagrância, sendo qualificado pela atenção integral e orientado para auxiliar o trabalho da autoridade policial, estabelecer contato com a família e a rede de proteção, garantir a efetividade dos direitos e garantias especiais previstas no ECA e evitar a vulnerabilidade das instalações das Delegacias de Polícia, as quais por sua natureza são incompatíveis com o regime jurídico afeto à socioeducação.

32. Tal serviço tem disciplina na Lei nº 8.069/90, a qual determina que a privação de liberdade, mesmo a precária resultante do flagrante, deve ser executada em local exclusivo para adolescentes (art. 123), determinando que os mesmos sejam transferidos imediatamente para entidades de

atendimento do Sinase (arts. 175 e 185). Observe-se que a permanência do adolescente na repartição policial aparece, em vários artigos do ECA, como hipótese excepcional, desde que garantida a dependência separada:

Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

Art. 175. Em caso de não liberação, a autoridade policial encaminhará, desde logo, o adolescente ao representante do Ministério Público, juntamente com cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência.

§ 1º Sendo impossível a apresentação imediata, a autoridade policial encaminhará o adolescente à entidade de atendimento, que fará a apresentação ao representante do Ministério Público no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º Nas localidades onde não houver entidade de atendimento, a apresentação far-se-á pela autoridade policial. À falta de repartição policial especializada, o adolescente aguardará a apresentação em dependência separada da destinada a maiores, não podendo, em qualquer hipótese, exceder o prazo referido no parágrafo anterior.

Art. 185. A internação, decretada ou mantida pela autoridade judiciária, não poderá ser cumprida em estabelecimento prisional.

§ 1º Inexistindo na comarca entidade com as características definidas no art. 123, o adolescente deverá ser imediatamente transferido para a localidade mais próxima.

§ 2º Sendo impossível a pronta transferência, o adolescente aguardará sua remoção em repartição policial, desde que em seção isolada dos adultos e com instalações apropriadas, não podendo ultrapassar o prazo máximo de cinco dias, sob pena de responsabilidade. /grifos nossos/

33. Assim, ao rigor dos arts. 175, § 2º, e 185, § 2º, da Lei nº 8.069/90, em hipótese alguma o adolescente pode ficar detido numa delegacia de polícia quando não lhe for garantido uma dependência reservada, sem comunicação com os custodiados adultos. Ademais, a prioridade é sempre o encaminhamento ao pronto atendimento, evitando a permanência na unidade policial.

34. Outra importante fonte normativa é o regimento interno da Fundac, que através do art. 8º da Portaria nº 204/09-GP cria no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte o serviço de pronto atendimento. O serviço é descrito ainda no Termo de Referência para Consolidação das Medidas Socioeducativas, documento elaborado pela Fundac em 2006.

35. O pronto atendimento constitui, assim, uma garantia essencial à efetivação de direitos fundamentais. Com efeito, não há especialização nem

rito diferenciado no flagrante de ato infracional, em especial nas cidades de maior porte como Mossoró, se o atendimento da polícia judiciária carece do suporte e do acompanhamento oferecidos pelas entidades do Sinase. Isso porque as unidades policiais não têm condições de receber o adolescente e garantir um ambiente próprio, em razão não só de suas deficiências estruturais mas também da demanda de serviços variados e da presença de adultos.

36. Ademais, como porta de entrada do sistema socioeducativo, o atendimento inicial é essencial para que se disponibilize uma série de atenções que objetivam primordialmente:

a) acolher o adolescente e evitar sua permanência no cárcere das unidades da polícia judiciária, em contato com maiores de idade, dada a dificuldade de garantir a separação;

b) assegurar a integridade física e psíquica do jovem, adotando as medidas necessárias em cada caso;

c) facilitar o trabalho policial na identificação dos pais e responsáveis, orientando-os quanto ao procedimento e às garantias constitucionais;

d) encaminhar ao atendimento médico, quando necessário, além de providenciar os exames de corpo de delito requisitados pela autoridade policial;

e) promover a apresentação do adolescente, juntamente com os pais ou responsáveis, ao promotor de justiça para a audiência de oitiva informal, entregando uma cópia do auto de apreensão em flagrante e dispensando os policiais para atuação em outras diligências de investigação;

f) apresentar as primeiras informações acerca da condição social e familiar do jovem;

g) assegurar a legalidade da apreensão, através da defesa técnica;

h) resguardar os direitos fundamentais do adolescente, entregando-o aos pais ou responsáveis sempre que os órgãos judiciais descumpram os prazos previstos em lei;

i) iniciar o atendimento socioeducativo, orientando e preparando o jovem para o trâmite processual que se seguirá;

j) providenciar o encaminhamento do apreendido à entidade de atendimento socioeducativo na hipótese de ser decretada a cautelar de internação provisória;

l) mitigar o caráter crimínogeno da ação policial conferindo, no que for possível, caráter socioeducativo à apreensão em flagrante.

37. Desta forma, o serviço de pronto atendimento tem caráter

essencial e, nos termos do art. 227 da Constituição Federal e arts. 1º ao 4º da Lei nº 8.069/90, deve gozar de atenção integral e prioridade absoluta na execução de políticas públicas. Isso porque a inexistência desse serviço viola uma série de prerrogativas legais, dentre as quais o direito do adolescente de ser recebido em delegacia especializada e, na sua ausência, em local distinto do atendimento do adulto (arts. 172, parágrafo único, 175, parágrafo 2º e 185, parágrafo 2º, do ECA). Desrespeita, ainda, o direito à imediata transferência para entidade socioeducativa, permanecendo na delegacia, após a lavratura do flagrante, em circunstâncias excepcionais (arts. 175 e 185, parágrafo 2º, do ECA). Por fim, há ofensa ao direito ao atendimento socioeducativo inicial que seja eficiente a garantir a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral do adolescente, bem como a preservação de sua imagem (arts. 15, 17 e 143 do ECA).

38. Ocorre que em Mossoró e toda a região do alto oeste potiguar esses dispositivos da lei são inócuos, porquanto as repartições policiais não têm estrutura física e não existe o serviço de pronto atendimento, malgrado o número de apreensões tenha crescido nos últimos anos, revelando a necessidade premente de sua implantação. A carência do serviço não apenas denuncia a falta de estrutura da polícia judiciária e do Sistema Socioeducativo para atender adolescentes acusados da prática de ato infracional, como desrespeita claramente as diretrizes previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, resultando, na maioria das vezes, em graves violações a direitos fundamentais.

39. Finalmente, há de ressaltar que a implantação do pronto atendimento de Mossoró não implicaria o emprego de vultosos recursos público, uma vez que o serviço estaria vinculado ao Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Acusado de Ato Infracional – Ciad, órgão do sistema socioeducativo vinculado à Fundac e já em atividade há vários anos nessa cidade.

C – Da obrigação de fazer dos réus consistente na implantação do serviço de pronto atendimento, adotando todas as medidas práticas necessárias ao seu bom funcionamento, inclusive com a adequação de estrutura física e recursos humanos.

40. De início, cabe lembrar que no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) a atribuição para executar medidas privativas de liberdade é do Governo do Estado⁷. No Rio Grande do Norte, a tarefa foi destinada à Fundação Estadual da Criança e do Adolescente – FUNDAC, órgão da administração indireta.

41. Importa, ainda, asseverar que os serviços de atendimento nos programas de internação e semiliberdade são regulados em diversos dispositivos constantes da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do

Adolescente e da Lei nº 12.594/2012 (Lei do SINASE), submetendo-se, portanto, a uma série de normativas que qualificam a obrigação estatal. Ou seja, o Estado não apenas tem o dever de prestar o atendimento socioeducativo como também precisa prestá-lo sob certos parâmetros legais indispensáveis. De igual modo ocorre quando da lavratura do auto de apreensão em flagrante de ato infracional, quando o adolescente se encontra sob a custódia da polícia civil e se inicia o processo de investigação, devendo ser resguardadas as normas específicas do sistema.

42. Como é sabido, um dos requisitos essenciais para legitimar quaisquer situações de privação de liberdade de adolescentes, inclusive a do flagrante, é exatamente a existência de equipe técnica multidisciplinar, que seja especializada e apta a colocar em prática os princípios da proteção integral, da legalidade e da responsabilização diferenciada. Isso porque a socioeducação depende da atenção profissional de diversas áreas, de modo a articular as referências familiares e comunitárias juntamente com os órgãos de proteção e de responsabilização.

43. Nesse sentido, o serviço de pronto atendimento serve para adequar a atenção dispensada ao adolescente apreendido em flagrante às exigências legais, necessitando de equipe técnica composta por profissionais dos setores de saúde, educação e assistência social. Trata-se de ação complementar ao programa de internação provisória com a atribuição de auxiliar o trabalho da polícia judiciária e evitar que o adolescente permaneça nas instalações das delegacias, que apresentam estruturas físicas bastante deficitárias. Assim, é papel do Estado, através da Fundac, implantar esse atendimento e garantir os direitos fundamentais a ele inerentes, em especial a preservação da integridade física, psíquica e moral do jovem.

44. Em suma, na hipótese em comento, é indiscutível a obrigação de fazer do Estado em implantar o serviço de pronto atendimento na cidade de Mossoró, adequando a equipe técnica e o quadro de socioeducadores do Ciad para prestar toda a atenção necessária ao adolescente apreendido em flagrante.

IV – DO PEDIDO.

A – Do pedido liminar.

45. Tratando-se de autêntica obrigação de fazer, qual seja a implantação do serviço de pronto atendimento em Mossoró, é de se entender pertinente a aplicação do art. 461, do Código de Processo Civil, e do art. 213, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ambos os dispositivos autorizam o magistrado a exarar o provimento de antecipação de tutela, desde que vislumbre no caso concreto a relevância do fundamento e o receio de ineficácia do provimento final.

46. Assim preceitua o art. 213 da Lei n.º 8.69/90:

Art. 213 - Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

§1.º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, citando o réu.

§ 2º. O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito.

47. A legislação especial reconhece claramente a possibilidade de antecipação da tutela pleiteada, na medida em que o julgador determinará ao réu a tomada de providências emergenciais que assegurem o resultado prático equivalente.

48. Ademais, segundo estabelecem os parágrafos 2.º e 3.º do aludido art. 213, possível a imposição de multa diária ao demandado, com fixação de prazo para o cumprimento. No que pese a exigibilidade da multa apenas após o trânsito em julgado da sentença favorável ao autor, será ela devida a partir do momento em que houver configurado o descumprimento.

49. Como facilmente se deduz, a pretensão do Ministério Público requer provimento emergencial, via liminar. O *fumus boni juris* decorre da ofensa aos dispositivos legais antes indicados, especialmente aqueles derivados da Constituição Federal. Para fins de cognição sumária, os documentos que acompanham esta inicial são prova do alegado. O *periculum in mora* manifesta-se na inexistência de local nas delegacias de polícia de Mossoró e região para acomodar os adolescentes apreendidos em flagrante, resultando na liberação dos mesmos, com prejuízo para a segurança pública e, muitas vezes, com risco para a vida do próprio jovem apreendido.

50. ASSIM, COM FUNDAMENTO NOS DISPOSITIVOS ACIMA APONTADOS, requer o Ministério público em sede de liminar a concessão da tutela antecipatória a fim de:

a) determinar aos réus a adoção de providências práticas, no prazo de 60 dias, para possibilitar a lotação de servidores da Fundac no Pronto Atendimento de Mossoró, seja realizando o remanejamento de pessoas internamente ou requisitando a devolução daquelas cedidas a outros órgãos públicos, devendo o governo estadual apresentar a este Juízo, até cinco dias após esgotar o prazo supra, um estudo com uma lista de servidores lotados em repartições estranhas à socioeducação, especificando o cargo que ocupa, e uma lista definitiva dos que passarão a ter lotação no programa de

pronto atendimento, fixando ainda a necessidade de contratação de novos servidores e desde logo definindo a quantidade e os tipos de cargos a serem objeto do edital de concurso;

b) determinar que no prazo de 60 dias, a contar do encerramento do prazo previsto no item anterior, o Estado do Rio Grande do Norte promova, em sendo necessário, as medidas indispensáveis para promover a criação de novos cargos no âmbito da Fundac, tendo em vista a necessidade de realizar concurso público e/ou seleção para contratos temporários;

c) se necessário contratar servidores, determinar que no prazo de 6 meses, a contar do encerramento do prazo previsto no item "a", o Estado do Rio Grande do Norte deflagre e conclua o processo seletivo de contratação temporária ou concurso público para os cargos de agente educacional (socioeducadores), psicólogo, assistente social, advogado e pedagogo em número suficiente para a implantação do Pronto Atendimento de Mossoró, além de outros igualmente apontados como indispensáveis;

d) determinar as providências práticas, no prazo de 60 dias, para fins de previsão nos orçamentos de 2014 e seguintes de crédito orçamentário específico e em montante suficiente para a implantação e o regular funcionamento do Pronto Atendimento de Mossoró, inclusive no que diz respeito a despesas envolvendo recursos humanos e estruturação do espaço físico e sua manutenção, informando este Juízo das medidas adotadas em até cinco dias após esgotar o prazo referido no presente item;

e) determinar o remanejamento, no prazo de 30 dias, de recursos orçamentários de 2013 para as despesas referentes à implantação do Pronto Atendimento de Mossoró, transferindo de outras áreas não prioritárias, como a publicidade e propaganda, no sentido de garantir o pagamento de servidores e a construção ou reforma do espaço físico do Ciad para estabelecer alojamentos para o Núcleo de Acolhimento Inicial, além da compra de computadores, móveis e de um veículo;

f) determinar seja instaurado, no prazo de 60 dias, o procedimento licitatório para a construção ou reforma do espaço físico do Ciad, tendo em vista a implantação do Pronto Atendimento de Mossoró, com previsão para concluir a licitação no prazo máximo de seis meses, informando este Juízo das medidas adotadas em até cinco dias após esgotar o prazo de 60 dias referido no presente item, de modo a garantir alojamentos para o Núcleo de Acolhimento Inicial, além da compra de computadores, móveis e de um veículo apropriado – é de se fazer uso, obrigatoriamente, do terreno já existente e que atualmente abriga o CIAD Mossoró e a DEA, tendo em vista a integração operacional prevista no art. 88, inciso V, do ECA, e a

determinação do art. 8º, inciso I, da Portaria nº 204/09 – GP da Fundac (Regimento Interno);

g) determinar a elaboração, no prazo de 60 dias, do projeto político-pedagógico do programa do Pronto Atendimento de Mossoró, garantindo que o mesmo estabeleça no mínimo as seguintes obrigações: 1) acolher adolescentes apreendidos em flagrante no Município de Mossoró e municípios próximos, alcançando um raio mínimo de 100 quilômetros, de modo a evitar a estadia dos mesmos nas instalações de delegacias de polícia; 2) atender todos os adolescentes acusados da prática de ato infracional e encaminhados pelo Poder Judiciário, Ministério Público, pelo titular da Delegacia de Atendimento ao Adolescente em conflito com lei (DEA) ou Delegacia de Plantão para fins de triagem, apresentação ao promotor de justiça, encaminhamento à internação provisória e outras providências pertinentes, inclusive a reintegração familiar quando assim determinado pela autoridade competente; 3) promover a integração operacional dos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, dentre os quais a polícia judiciária, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Poder Judiciário, de modo a reunir os serviços num só local, nos termos do art. 88, inciso V, do ECA; 4) agilizar os procedimentos jurídicos, adotando as providências necessárias nesse sentido; 5) solicitar, sempre que necessária, a atribuição prioritária da DEA em detrimento de outras unidades da polícia judiciária para lavrar o auto de apreensão em flagrante, em especial quando o ilícito for cometido em co-autoria com maior de idade; 6) apresentar o adolescente apreendido, no prazo máximo de 24 horas, ao promotor de justiça com atribuições para o caso, entregando cópia do auto de apreensão em flagrante e estudo psicossocial; 7) disponibilizar defesa técnica, através de advogado da Fundac ou do representante da Defensoria Pública, tomando as providências necessárias para solicitar o acompanhamento do adolescente por ocasião da oitiva informal; 8) estabelecer o contato com os familiares, comunicando a apreensão, solicitando a presença dos mesmos e cuidando da complementação de informações e documentos; 9) prestar atenção familiar; 10) prestar atendimento ao adolescente por equipe multidisciplinar, incluindo assistente social, psicólogo e educador; 11) elaborar estudo psicossocial, através de entrevistas individuais com o adolescente e seu responsável, encaminhando o relatório no prazo de 24 horas ao Ministério Público e ao Juiz da Infância e Juventude; 12) tomar providências para que seja prestada atenção médica, quando necessária, utilizando para tal as unidades do SUS existentes no município; 13) solicitar ao delegado de polícia, sempre que necessário, a guia de encaminhamento ao ITEP, resguardando meios de provas úteis a eventual processo bem como à defesa da integridade física do adolescente; 14) tomar providências para que sejam atendidas as necessidades básicas do adolescente, como higienização, vestuário e alimentação; 15) promover o cadastramento do adolescente no Sistema de Informação

para a Infância e Adolescência (SIPIA SINASE), através de relatórios construídos pela equipe técnica do pronto atendimento;

h) a IMPOSIÇÃO DE MULTA DIÁRIA à Excelentíssima Senhora Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, ROSALBA CIARLINI, e ao diretor presidente da Fundac, o Sr. GETÚLIO BATISTA, considerando para tal a pessoa física dos referidos agentes públicos, no valor individual de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), além de multa diária ao Estado do Rio Grande do Norte, no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), valores devidos no caso de descumprimento das obrigações fixadas pela decisão de antecipação de tutela e a partir do prazo por ela estabelecido, revertendo seu montante ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos dos artigos 213 e 214 da Lei n.º 8.069/90;

i) as medidas pertinentes para garantir a efetividade da determinação judicial, inclusive o bloqueio de verbas públicas nas contas correntes do governo estadual.

B – Do pedido principal.

51. DIANTE DE TODO O EXPOSTO, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, através do Promotor de Justiça, ao final assinado, requer a Vossa Excelência:

a) o RECEBIMENTO da inicial;

b) a CONCESSÃO da liminar constante do item anterior;

c) a CITAÇÃO dos promovidos para, querendo, contestarem a presente no prazo legal, sob pena de revelia, observando-se a citação da Fazenda Pública através da Procuradoria Geral do Estado, com endereço à Av. Afonso Pena, 1155, Tirol, CEP 59020-100, Natal/RN, e da Fundação Estadual da Criança e do Adolescente – FUNDAC, através de seu diretor presidente, o Sr. GETÚLIO BATISTA, no Centro Administrativo do Estado, localizado na BR 101, quilômetro zero, Lagoa Nova, CEP 59000-900, Natal/RN;

d) a CONDENAÇÃO dos promovidos, com esteio no art. 461, do Código de Processo Civil, e 213, da Lei nº 8.069/90, a realizar as seguintes obrigações de fazer: 1) aquelas especificadas no pedido liminar, tornando-as definitivas; 2) a implantação efetiva do Pronto Atendimento de Mossoró no prazo máximo de um ano; 3) optando-se inicialmente pela seleção para contratos temporários e em sendo necessário, em razão da insuficiência dos servidores lotados nesse novo serviço, a contratação de profissionais através do competente concurso público a ser deflagrado e concluído no prazo de 01 (um) ano, a contar do término do prazo de 06 meses aludido no item “c” do pedido de tutela antecipada, devendo prover os cargos para

compor o quadro de servidores do Pronto Atendimento de Mossoró, contemplando socioeducadores, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e advogado, além de cargos auxiliares, como serviços gerais e motoristas; 4) a promoção de reuniões com os órgãos do sistema de garantia de direitos de Mossoró e região para divulgar a forma de atuação e os objetivos do serviço de pronto atendimento; 5) elaborar e implementar plano de capacitação contínua dos servidores, assegurando recursos financeiros nos orçamentos de 2014 e seguintes; 6) destinar dois policiais militares por plantão para garantir a segurança externa do pronto atendimento.

e) a determinação de medidas necessárias à efetivação da tutela específica ou resultado prático equivalente, nos termos do art. 461, *caput*, e seu § 5º, do Código de Processo Civil, requerendo-se desde já o bloqueio de verbas públicas nas contas correntes do governo estadual e que os réus sejam obrigados a adotar as medidas cabíveis para fins de previsão nos orçamentos de 2014 e seguintes de crédito orçamentário específico e em montante suficiente para a implantação e o regular funcionamento do Pronto Atendimento de Mossoró, inclusive no que diz respeito a despesas envolvendo recursos humanos e capacitação, além da estruturação do espaço físico e sua manutenção;

f) a IMPOSIÇÃO DE MULTA DIÁRIA à Excelentíssima Senhora Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, ROSALBA CIARLINI, e ao diretor presidente da Fundac, o Sr. GETÚLIO BATISTA DA SILVA NETO, considerando para tal a pessoa física dos referidos agentes públicos, no valor individual de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), além de multa diária ao Estado do Rio Grande do Norte, no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), valores devidos no caso de descumprimento das obrigações fixadas pela sentença e a partir do prazo por ela estabelecido, revertendo seu montante ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos dos artigos 213 e 214 da Lei n.º 8.069/90;

g) a CONDENAÇÃO nos consectários sucumbenciais;

h) a JUNTADA do Inquérito Civil Público nº 06.2012.001120-2, da 10ª PJM;

i) sejam as intimações quanto aos atos e termos processuais procedidas na forma do art. 236, parágrafo 2º, do CPC, junto à 10ª Promotoria de Justiça de Mossoró - Defesa da Criança e do Adolescente;

52. Protesta e requer o Ministério Público, se julgado necessário, provar o alegado por todos os meios em direito permitidos, especialmente pela juntada de documentos outros que venham a surgir, perícias, ouvida de testemunhas.

53. Dá-se à causa, a teor do art. 258 do CPC, o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). A presente ação é isenta de custas e emolumentos, na forma do art. 141, par. 2º. da Lei 8.069/90.

Pede deferimento.

Mossoró/RN, 06 de junho de 2013.

Olegário Gurgel Ferreira Gomes
PROMOTOR DE JUSTIÇA